



Compromisso com o Brasil e o povo cearense.

NOTÍCIAS

22/09/2006

Pobreza cai 19% no governo Lula

Os três primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2005) provocaram uma queda de 19,18% no nível de pobreza no país, segundo estudo divulgado nesta sexta-feira (22) pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). É o melhor resultado dos últimos 10 anos.

O estudo, realizado pelo economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Súcias (CPS) da FGV, tem por base os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2005, divulgada na semana passada.

De acordo com Neri, a redução da miséria entre 2003 e 2005 foi maior até do que a verificada entre 1993 e 1995 (18,5%), no auge do Plano Real. Naquela época, a proporção de miseráveis caiu de 35,3% para 28,8%. Agora, foi de 28,2% para 22,7%.

O economista observa que os dois períodos estão separados por oito anos, de 1995 a 2003, de estagnação na diminuição da miséria, que se reduziu apenas de 28,8% para 28,2% da população. A estagnação corresponde exatamente aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O CPS usa uma linha de miséria própria, que se aproxima da linha de pobreza utilizada por instituições ligadas ao governo. O número de miseráveis em 2005, de acordo com a linha de pobreza do CPS, era de cerca de 41 milhões.

Para o cientista político Octavio Amorim, da FGV do Rio, a queda da miséria de 2003 a 2005 ajuda a explicar os excepcionais índices de intenção de voto no presidente Luiz Inácio Lula da Silva este ano.

Neri, do CPS, explica que a pobreza metropolitana e a rural tiveram evolução muito diferente de 1993 até hoje. Enquanto no campo a queda no número de pobres foi contínua e mais regular (embora mais rápida nos dois períodos de queda geral), nas metrópoles a oscilação foi muito grande, com grande melhora naqueles dois períodos e um aumento substancial nos anos de estagnação.

A miséria rural caiu 10% entre 1993 e 1995; 7,4% de 1995 a 2003; e 12,6% de 2003 a 2005. A proporção de miseráveis no campo era de 62,79% em 1993, caiu para 56,5% em 1995, para 52,31% em 2003 e para 45,74% em 2005.

Já no caso da miséria metropolitana, houve uma queda de 32% no primeiro período, um aumento de 41% no segundo e nova queda de 23,7% entre 2003 e 2005. O índice era de 22,16% em 1993, caiu para 15,07% em 1995, subiu para 21,25% em 2003 e voltou cair para 16,22% em 2005.

“Esses resultados mostram que houve uma grande crise metropolitana de 1993 a 2003”, afirma Neri. Ele acha que as muitas turbulências financeiras e cambiais de 1995 a 2001 recaíram mais sobre as áreas metropolitanas, mais integradas financeiramente com o mundo e mais sensíveis aos impactos das altas taxas de juros.

“A pobreza metropolitana, nas grandes cidades brasileiras, que tinha aumentado muito de 1995 para 2003, cai de 22% para 16% da população, o que mostra uma certa reversão da crise metropolitana que está associada a piores indicadores de violência e de desemprego”, observou o economista.

Na avaliação de Marcelo Néri, ao contrário dos anos anteriores, a redução da pobreza nas grandes cidades foi a principal “locomotiva” da retomada dos indicadores sociais. O coordenador destacou ainda que a partir dos dados da pesquisa “percebe-se que de 1993 para cá o Brasil já teria completado a Meta do Milênio de reduzir a extrema pobreza à metade”. Essa meta estava prevista para 2015.



Versão para
imprimir



Comentar



Enviar para um
amigo

Já as áreas rurais foram protegidas do impacto das crises pelas transferências crescentes das políticas previdenciárias e sociais, como aposentadoria rural, Bolsa-Família e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC, voltados para idosos e deficientes).

Mesmo programas que não foram desenhados especificamente para o campo, como o Bolsa-Família e o BPC, atingiram inicialmente os pobres rurais e só agora começam a chegar com mais intensidade às grandes cidades, explica Neri.

Uma diferença ressaltada por Neri entre os dois períodos de queda da pobreza é que, entre 1993 e 1995, o movimento aconteceu bem mais pelo lado do crescimento econômico, enquanto de 2003 a 2005 o principal fator foi a redução da desigualdade.

No primeiro período, a renda média aumentou 24,77%, mais que o dobro dos 9,98% de 2003-2005. Em compensação, nesse segundo período a queda da desigualdade foi o dobro. “Houve um crescimento mais modesto do bolo, mas com mais redistribuição”, diz o economista.

Fonte: Linha Aberta

[+]

Notícias anteriores: [2005](#)

2001-2006. Deputado Federal José Pimentel.

FORTALEZA
Avenida da Universidade, 2290, Benfica
CEP: 60020-120
Telefone/FAX: (85) 3231 1331
pimentel1331@josepimentel.com.br

Produzido e atualizado por Assessoria do Deputado Federal José Pimentel
e por Teia Digital - CNPJ 06.142.309/0001-00

RECEBER NOTÍCIAS

Somente por e-mail
Por e-mail e correio

[Atualizar cadastro](#)